

NOME DA ATIVIDADE: Como garantir direito à vida nas favelas e periferias? Como superar a narrativa de guerra no Rio de Janeiro?

ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL: Redes da Maré

RELATORA: Rachel Guimarães Vieira Pitthan

CONTEXTO (temática abordada e principais pontos de atenção)

Inicialmente foi discutida a problematização do termo “guerra” e seu uso como justificativa para lidar com a violência na cidade do Rio de Janeiro. Abordou-se a forma como esse conceito impacta no ordenamento da política pública de segurança e nos casos de homicídios/violência letal que afeta majoritariamente o pobre, negro e favelado.

O Brasil, sendo hoje país que mais tem homicídios do planeta (segundo um dos expositores), não possui um plano prioritário de ação na agenda política atual e nem há a intenção de promovê-la, em ressalva, algumas ações nacionais, de cunho opressor e de medidas populistas. Ressaltou-se ainda, que as ações de segurança pública são bem amplas e que deveriam ser contempladas de forma intersetorial, pois compreende-se que segurança pública não é apenas o uso da força policial como também de ações que contemplem o saber dos setores de saúde e educação, por exemplo, Essa organização não ocorre no Rio de Janeiro – que apesar de não ter o maior número de homicídios do país sofre com as medidas que imprimem um largo retrocesso em relação às políticas públicas. Outra questão relevante, trazida pelo expositor, diz respeito à curva de encarceramento, que aumentou em função dos grandes eventos na cidade sem que houvesse reversão em prol das medidas de segurança, fator que pode servir de fortalecimento para as facções.

De acordo com outra contextualização relatada, a questão da violência, expressa mais fortemente no contexto do termo “guerra”, ganha espaço na mídia que utiliza seu poder alcance, de forma sensacionalista e irresponsável, para exportar as informações ocorridas no território. Tal ação impacta em sofrimento ainda maior dos moradores, que precisam lidar com a violência diária que cerceia o cotidiano, com os traumas – psicológico e físicos - do território e o estigma de viver em favela, no caso relatado trata-se da favela de Manguinhos.

A sensação de insegurança e injustiça estimulam a formação de coletivos e grupos de moradores que pressionam as autoridades por melhores condições de vida e acesso aos serviços básicos (saúde, educação e moradia/saneamento). Envolve ainda, algum engajamento político pois alguns moradores estão presentes em reuniões de conselhos e fóruns, cobrando as promessas feitas em períodos de eleição, pleiteando direitos e compartilhando as injustiças sofridas por estarem em territórios vulneráveis.

Finalmente, a última expositora aborda o tema questionando como lidar com a narrativa e o desafio existente para que o termo “guerra” não seja apropriado pelas políticas, condicionando ações violentas e “salvadoras” em locais de maior vulnerabilidade. Destaca-se ainda, a necessidade de compreender a responsabilidade de cada esfera de governo – federal, estadual e municipal - nas ações de combate à violência, tais como o tráfico de drogas, a entrada de armas e as operações no território. Vale ressaltar que esta fala trouxe também a importância de se alinhar as visões e a melhor comunicação da academia e da defensoria federal com a política e a sociedade, objetivando a universalização de um discurso capaz de denunciar os abusos e injustiças que ocorrem por não estarem em lugar de “medo” como ocorre com os moradores de favelas.

“O Rio de Janeiro está em guerra em áreas determinadas que atendem aos interesses privados.”

“Não existe uma lógica de guerra e sim de extermínio. O Estado usa o seu monopólio da força e o usa de forma opressora”.

Sugere-se que as palavras chaves dos relatos sejam: qualificação do debate, transparência, união e informação

ENCAMINHAMENTOS E RECOMENDAÇÕES

Destaca –se com o informe que no dia **04/12/2017** haverá uma Reunião de Trabalho na Escola Bahia (altura da passarela 7) com o objetivo de recolher propostas para a ação pública coletiva que será formada visando o fortalecimento do processo democrático e proteção à vida através da diminuição da violência, em prol de uma política de segurança que priorize os direitos sociais.

Algumas ideias, práticas e/ou questionamentos surgiram ao longo da discussão e do diálogo com o auditório presente e vieram à tona com os seguintes encaminhamentos:

1. Fortalecimento da política pública de segurança;
2. Pacto social pela paz;
3. Universalização e qualificação de informações entre a população e diversos atores que configurem as estruturas de poder e conhecimento, com o objetivo de mitigar as desigualdades sociais;

Para isso foram sugeridas algumas recomendações:

- Ação Pública/ Coletiva que promovam maior transparência das ações policiais a fim de reduzir os abusos policiais o que consequentemente diminui a violência;

-O estado como um prestador de contas para a população, pois as transparências de ações evitam o abuso policial e ainda da formulação de mecanismos que informem sobre as ações policiais no território, inviabilizando assim as práticas de poder para garantir interesses particulares (arregos, eleições...);

- Criar mecanismos - e potencializar os já existentes - de meios de comunicação e uso qualificado das redes sociais para que informe acerca das **desigualdades sociais** para que assim a sociedade não naturalize o discurso de “guerra” e compreensão de que não é normal o que aconteceu na Rocinha.

- Criação de boletins de ações policiais nas favelas, a exemplo do que acontece na Maré;

- Orientação para como os moradores devem agir quando há ações nos territórios;

- Uso de mídias sociais para apresentar na sociedade o que acontece nas favelas;

- Universalização de discursos que viabilizem a garantia de direitos sociais entre diversos grupos (academia, jurídico, partidos e grupos religiosos);

- Construção de propostas unificadas que visem a garantia de direitos sociais;

- Fortalecimento de políticas culturais para os jovens de territórios vulneráveis/ criação de centros culturais;

- Cobrar uma aproximação com as universidades e do repasse dos dados e informações coletados para suas pesquisas;

- Analisar como outros locais (São Paulo e Colômbia, por exemplo) disponibilizaram de recursos e de suas experiências no combate à violência.

